Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2008
Prova A4

Parte I – Prova Objetiva

1. **Lei Penal em branco pode ser definida como aquela**:

a) em que a descrição da conduta se mostra incompleta ou lacunosa, necessitando de outro dispositivo legal para a sua integração ou complementação.
b) que não possui consequência jurídica aplicável.
c) que prevê tão-somente a hipótese fática (preceito incriminador), sendo que a consequência jurídica localiza-se em outro dispositivo da própria lei ou em diferente texto legal.
d) que apesar de relatar falsidades, não esgota todas as espécies de contrafação.

2. **Com relação às espécies de crime omissivo, pode-se dizer que:**

a) o crime omissivo próprio consuma-se com a simples infração da ordem ou dever de agir, caso haja concreto resultado.
b) o crime omissivo próprio consuma-se com a simples infração da ordem ou dever de agir, independentemente do resultado.
c) o crime omissivo impróprio consiste na transgressão da lei penal em virtude de caso fortuito.
d) o crime omissivo impróprio existe quando o agente deixa de praticar a conduta com supedâneo em lei especial.

3. **Assinale a alternativa correta:**

a) o costume serve para criar ou revogar lei penal.
b) a interpretação analógica é o processo de averiguação do sentido da norma jurídica, valendo-se de elementos fornecidos pela própria lei, através do método de semelhança.
c) não é admitido no direito penal a interpretação extensiva.
d) admite-se, por vezes, a analogia *in mallan partem*.

4. **Considera-se:**

a) culpa inconsciente aquela sem previsão, em que o agente não prevê o que era previsível.
b) culpa mediata aquela em que o agente produz diretamente um resultado.
c) culpa própria aquela em que o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permita praticar, licitamente, fato típico.
d) culpa consciente aquela em que o agente aceita o resultado que possa advir da prática ilegal.

5. **Não são circunstâncias judiciais aptas a agravar ou abrandar a sanção penal:**

a) a culpabilidade.
b) os antecedentes.
c) a antijuridicidade.
d) os motivos do crime.

6. **De acordo com a Constituição Federal:**

a) ninguém será considerado culpado até a prolação de sentença penal condenatória.
b) são inadmissíveis, apenas no inquérito policial e no processo penal, as provas obtidas por meio ilícitos.
c) é permitida a prisão civil do responsável pelo inadimplemento involuntário e escusável de obrigação alimentícia e do depositário infiel.
d) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

7. **Não se inclui entre os princípios constitucionais sensíveis, previstos no artigo 34, VII, da Constituição Federal**:

a) direitos da pessoa humana.
b) forma republicana, sistema representativo e regime democrático.

c) autonomia estadual.
d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

8. **No tocante aos direitos de nacionalidade**:
a) não poderá haver distinção entre brasileiros natos e naturalizados, com fundamento em norma legal.
b) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro sempre que adquirir outra nacionalidade.
c) aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.
d) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por cinco anos ininterruptos.

9. **Uma lei ou um ato normativo municipal que viole a Constituição Federal pode ser impugnado por meio de:**
a) Mandado de Injunção.
b) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
c) Argüição de descumprimento de preceito fundamental.
d) não pode ser impugnado.

10. **A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada como:**
a) escrita, flexível e promulgada.
b) rígida, analítica e escrita.
c) outorgada, formal e rígida.
d) material, analítica e dogmática.

11. **São características do júri, exceto:**
a) a plenitude de defesa.
b) o sigilo da votações.
c) a soberania dos veredictos.
d) a competência para o julgamento de todos os crimes contra a vida.

12. **Com relação à eleição presidencial, não se pode afirmar:**
a) se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele obtiver a maioria dos votos válidos.
b) a eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
c) será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta dos votos, incluídos os em brancos e os nulos.
d) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

13. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) segundo o princípio da legalidade, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo se não houver previsão em lei.
b) é livre o exercício de qualquer profissão, trabalho ou ofício, desde que preenchidos os requisitos legais.
c) pode-se entrar, a qualquer momento, em um domicílio, sem a concordância do morador, quando houver determinação judicial.
d) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.

14. **É de competência exclusiva do Congresso Nacional:**
a) aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.
b) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
c) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.
d) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

15. **Qual dos seguintes cargos não é privativo de brasileiro nato?**

a) Presidente da República.
b) oficial da das Forças Armadas.
c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
d) deputado federal.

16. **Extingue-se o processo com resolução do mérito, dentre outras situações, quando:**
a) o Juiz indeferir a petição inicial.
b) o Juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
c) o Juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou coisa julgada.
d) o autor desistir da ação.

17. **Feita a citação:**
a) é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes.
b) é permitido ao autor modificar o pedido ainda que sem o consentimento do réu, desde que antes do saneamento.
c) é permitido ao autor alterar o pedido após o saneamento com o consentimento do réu.
d) o autor pode modificar o pedido até que proferida a sentença.

18. **Com relação à reconvenção, não se pode afirmar que:**
a) o réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
b) ao ser oferecida a reconvenção, o autor reconvindo será intimado, na pessoa de seu procurador, para contestá-la no prazo de 10 dias.
c) a ação e a reconvenção serão julgadas na mesma sentença.
d) a desistência da ação não obsta o prosseguimento da reconvenção.

19. **A petição inicial será considerada inepta quando:**
a) o autor carecer de interesse processual.
b) lhe faltar causa de pedir.
c) a parte for manifestamente ilegítima.
d) sempre que contiver pedido genérico.

20. **O Juízo conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, quando:**
a) ocorrer a revelia.
b) o réu contestar todos os argumentos do autor.
c) a alegação do réu estiver em conflito com a jurisprudência do Tribunal.
d) o réu, reconhecendo o fato em que se fundou a ação, outro lhe opuser impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

21. **A personalidade jurídica das pessoas jurídicas de direito privado tem início:**
a) com a inscrição dos atos constitutivos no respectivo registro.
b) no momento de sua constituição, por ato jurídico unilateral (fundações) ou bilateral/plurilateral (associações e sociedades).
c) com o início de suas atividades.
d) com a inscrição perante o Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ.

22. **Assinale a alternativa correta:**
a) contrato aleatório é aquele diz respeito a fato ou coisa futura, cujo risco de não virem a existir é assumido por um dos contratantes.
b) são aleatórios os contratos de seguro e o de corretagem.
c) no contrato de seguro, prêmio é a prestação paga pelo segurado à seguradora.
d) todas as alternativas estão corretas.

23. **Os negócios jurídicos praticados pelo menor púbere:**
a) podem ser anulados, a seu pedido, desde que não tenha ocultado dolosamente a sua idade.
b) são nulos.
c) só serão válidos se observarem a forma escrita.
d) não se convalidam.

24. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) o comodato e o mútuo são espécies de empréstimo.
b) o comodato difere da locação na medida em que esta é sempre onerosa enquanto o comodato é gratuito.

c) o mútuo tem por objeto bens fungíveis, cujo empréstimo implica na transferência do domínio.
d) o comodatário poderá usar a coisa para fim diverso do contrato, desde que isto não acarrete dano ao bem cedido em comodato.

25. **Sobre os meios de extinção das obrigações, assinale a alternativa incorreta:**
a) a novação pode ser subjetiva ou objetiva.
b) na dação em pagamento o credor é obrigado a aceitar como pagamento coisa diversa da avençada.
c) a compensação é uma forma de pagamento indireto, extinguindo dívidas recíprocas.
d) a entrega voluntária do título da obrigação, por escrito particular, pelo credor ao devedor, caracteriza a remissão.

26. **Sobre os bens públicos é correto afirmar que:**
a) os prédios em que funcionam os órgãos da administração pública são bens públicos de uso especial.
b) os bens públicos de uso comum e os de uso especial, enquanto guardarem essa qualificação, são inalienáveis.
c) os bens públicos dominicais são aqueles que, pertencendo a pessoa jurídica de direito público interno, compõem seu patrimônio, como objeto de direito pessoal, ou real.
d) todas as afirmativas estão corretas.

27. **Sobre a extinção dos contratos, assinale a alternativa incorreta:**
a) para a realização do distrato, a forma é livre.
b) havendo cláusula resolutiva expressa, esta opera de pleno direito.
c) pode se dar por denúncia unilateral.
d) nos casos de onerosidade excessiva, a resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o credor a modificar eqüitativamente as condições do contrato.

28. **Sobre os fatos jurídicos é correto afirmar que:**
a) são fatos jurídicos quaisquer acontecimentos da vida.
b) são fatos jurídicos os acontecimentos, naturais ou decorrentes da conduta humana, que interferem na órbita jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos.
c) são fatos jurídicos apenas os acontecimentos decorrentes da conduta humana que interferem na órbita jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos.
d) nenhuma das anteriores.

29. **Assinale a alternativa correta:**
a) não se admite doação de ascendentes a descendentes.
b) a doação, tratando-se de uma liberalidade, não pode ser remuneratória.
c) sendo contrato, a doação somente se torna perfeita com a aceitação, dispensando-se a aceitação se o donatário for absolutamente incapaz e a doação for pura.
d) somente será válida a doação feita por escrito.

30. **Sobre os vícios do negócio jurídico é correto afirmar que:**
a) o dolo de terceiro não é causa de anulação do negócio jurídico, obrigando-se o terceiro apenas à satisfação de perdas e danos.
b) na coação, como no estado de perigo, o dano a que receia o declarante deve dizer respeito, exclusivamente, a sua pessoa ou pessoa de sua família.
c) o falso motivo, em regra, vicia o negócio jurídico.
d) o negócio jurídico é anulável por dolo somente se este for a sua causa.

GABARITO PRELIMINAR

PROVA A4

	A	B	C	D			A	B	C	D			A	B	C	D	
01	■					11				■		21	■				
02		■				12			■			22				■	
03		■				13			■			23	■				
04	■					14		■				24				■	
05			■			15				■		25		■			
06				■		16		■				26				■	
07			■			17	■					27	■				
08	■					18		■				28		■			
09			■			19		■				29			■		
10		■				20	■					30				■	